

Um falso dilema O GLOBO

25 ABR 1967 da economia Brasil

GEORGE VIDOR

Se as teorias econômicas fossem infalíveis, certamente nem mesmo os engenheiros ecléticos — como Eugênio Gudin, Mário Henrique Simonsen e agora Dilson Funaro — teriam tido vez à frente do Ministério da Fazenda. Talvez por isso, dificilmente um economista seja capaz de concordar com outro quando se trata de pôr em prática a teoria. Mas quanto a algumas leis gerais da economia todos costumam estar de acordo. Por exemplo: nenhuma escola de economistas duvida que a renda é igual ao produto. As divergências iniciam quando chega a hora de decidir se a política econômica deve procurar fazer o produto crescer, e indiretamente aumentar a renda, ou se é melhor primeiro “inflar” a renda para que o produto a acompanhe. Este é um dilema sem solução, como a pergunta sobre qual dos dois vem primeiro, o ovo ou a galinha.

John Maynard Keynes, o lorde inglês que revolucionou, na primeira metade do século XX, as análises macroeconômicas, achava que a oferta era função da demanda. Como a economia tende naturalmente a passar por crises cíclicas, alternando crescimento com recessão, Keynes propunha para os momentos em que a capacidade do mercado se esgotava a criação de uma demanda via déficit público. Ou seja, executando obras e, consequentemente, encomendando bens e serviços, o Governo gastaria mais do que arrecadasse. Se bem direcionada essa demanda, seria capaz de ativar a economia, e assim neutralizar a recessão.

A teoria de Keynes pressupunha a existência de certa capacidade ociosa nas linhas de produção e também uma forma correta de financiamento do déficit (pela venda de títulos ao público, empréstimos compulsórios, créditos bancários etc.). Na América Latina, o déficit público sempre foi usado largamente como acelerador do desenvolvimento, embora o financiamento do débito tenha-se dado em grande parte através da emissão pura e simples de moeda, e também por créditos oficiais e subsídios. O déficit gerou crescimento, mas também provocou inflação.

Em 1986, o Governo brasileiro acreditou que “inflando” a renda rapidamente o produto iria responder na mesma proporção e em igual velocidade. Incorporaram-se 33 milhões de novos consumidores ao mercado, afirmavam as autoridades. A realidade foi mais dura e logo percebeu-se que, sem produto, boa parte dessa renda só existia na imaginação dos dirigentes governamentais. Com os preços congelados, alguém que ganhasse salário mínimo poderia comprar 40 quilos de carne por mês. Mas o País não tinha produção para tal consumo.

Os ajustes do Cruzado nada mais foram do que transformar o sonho em realidade. Os preços subiram e a renda igualou-se ao produto. Sem o acelerador do consumo privado, os investimentos públicos voltaram então a ser cogitados como instrumento para gerar demanda e fazer a economia crescer. Desde que para isso o Governo tenha de gastar menos cruzados para comprar dos exportadores os dólares que precisa para quitar os juros da dívida externa.

Existe, porém, uma alternativa de se conviver com os pagamentos da dívida externa

e ainda se fazer a renda e o produto crescerem internamente: a exportação. O País viveu décadas na suposição de ter um mercado interno potencial gigantesco, em condições de despertar a qualquer momento, se as autoridades estivessem sensíveis para isto. O gigante adormecido, no Plano Cruzado, levantou, deu dois passos, e caiu.

Nesse período, o papel das exportações foi menosprezado. Com o espectro da recessão ameaçando mais uma vez a economia brasileira, por força do recuo do mercado interno para o seu verdadeiro tamanho, o Governo voltou a valorizar as exportações, que antes chegaram a ser vistas como um mecanismo espoliativo do País.

Trata-se de uma constatação: as economias mais fortes no mundo são aquelas que dão importância crucial ao comércio exterior (as duas Alemanhas, Japão, França, Suécia, Áustria, Canadá, Estados Unidos, Suíça e outras). As nações subdesenvolvidas que mais aceleradamente cresceram nos últimos tempos — Coréia e Brasil — foram também as que tiveram aumento significativo em suas exportações. Em compensação, países com grandes mercados internos em potencial permanecem condenados à pobreza. A Índia tem 750 milhões de habitantes, um Produto Interno Bruto de pouco mais de US\$ 200 bilhões — inferior ao do Brasil, que está em US\$ 280 bilhões — e exporta cerca de US\$ 12 bilhões, a metade das vendas brasileiras ao exterior. O Japão tem 100 milhões de habitantes, com uma renda média anual superior a 10 mil dólares, e consegue acumular um saldo na balança comercial (exportações menos importações) de US\$ 100 bilhões por ano (US\$ 55 bilhões só com os Estados Unidos). A Alemanha Ocidental tem 75 milhões de habitantes, uma renda per capita superior a US\$ 10 mil e acumulou em 86 o maior saldo comercial da sua história: US\$ 60 bilhões. Japão e Alemanha estão, coincidentemente, entre os países de mais baixa inflação no mundo.

O produto brasileiro é o oitavo entre os países capitalistas, mas se dividido pelo total de habitantes, daria pouco mais que US\$ 1.300 anuais para cada um. Com ou sem uma distribuição mais justa, o mercado interno no Brasil é limitado pela própria renda do País. Os analistas concordam, em sua maioria, que o Brasil vai passar muito tempo sem receber poupança externa voluntária, que seria uma outra maneira de fazer a renda crescer internamente. Com uma dívida que equivale a quase metade do que é produzido anualmente na economia, o Brasil então não tem alternativa a não ser partir neste instante com força total para o comércio exterior. Keynes não gostaria muito disso, pois, escaldado por duas guerras mundiais durante sua vida, achava que os países acabavam se digladiando quando os interesses econômicos assumiam uma proporção muito grande no exterior.

O dilema do mercado interno *versus* exportações precisa ser superado especialmente no plano político, junto aos partidos que sustentam o Governo. Entre os economistas, será difícil chegar-se a um consenso sobre esta questão. Afinal, um não costuma mesmo concordar com outro quando sentam à mesa para discutir a prática da teoria.